

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.994 - MS (2019/0300699-8)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : EDGAR CALIXTO PAZ E OUTRO**  
**ADVOGADOS : EDGAR CALIXTO PAZ - MS008264**  
**ELIETE LIMA DOS SANTOS CALIXTO PAZ - MS023895**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PACIENTE : LUIS FERNANDO DA FONSECA (PRESO)**  
**PACIENTE : EUZEBIO DE JESUS ARAUJO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

## DECISÃO

**LUIZ FERNANDO DA FONSECA e EUZÉBIO DE JESUS ARAÚJO** alegam sofrer coação ilegal, em decorrência de decisão de Desembargador plantonista, proferido nos autos do HC n. 1412290-91.2019.8.12.0000, em trâmite no **Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul**, que manteve a prisão temporária.

Ao analisar os autos, verifico que **a inicial do writ não veio acompanhada da cópia da decisão deferiu o pedido de decretação da prisão temporária**, o que prejudica a exata compreensão do caso, inviabilizando-se, assim, o exame do alegado constrangimento ilegal.

Ação constitucional de natureza mandamental, o habeas corpus tem como escopo precípuo afastar eventual ameaça ao direito de ir e vir, cuja natureza urgente exige prova pré-constituída das alegações, não comportando dilação probatória. É cogente ao impetrante, pois, apresentar elementos documentais suficientes para se permitir a aferição da alegada existência de constrangimento ilegal no ato atacado na impetração. Na mesma diretriz: **HC n. 235.131/MG**, Rel. Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**, 6ª T., DJe 29/8/2013.

À vista do exposto, constatada a ausência de peça essencial para a análise do pleito de urgência, **indefiro liminarmente** este habeas corpus, nos termos do art. 210 do RISTJ.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se. Intimem-se.

Brasília/DF, 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

